Da profanação do mundo moderno: considerações sobre a legitimidade e a integração social

On the profanation of modern world: considerations about legitimacy and social integration

TALITA CRISTINA DE OLIVEIRA

Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de iniciação científica do CNPq na área de filosofia e teoria do Direito.

tali.crisoliveiral@gmail.com.

RESUMO É importante notar que em sociedades tradicionais tanto o mito quanto a religião cumpriam um papel unificador, típico das imagens de mundo, isto é, da cultura, dos sistemas interpretativos que refletem o saber básico de grupos sociais. Neste sentido, o conjunto de fenômenos naturais, em uma ordem natural, e a rede de relações sociais, em uma ordem artificial, encontravam explicações, fossem míticas, fossem religiosas. Ressalta-se, portanto, a importância desse saber compartilhado para a referência e a compreensão do mundo circundante. No entanto, quando da passagem para a modernidade, acontece a descentralização da sociedade, uma vez que surgem novos valores e saberes capazes de explicar fenômenos naturais e sociais, bem como de manter a coesão de sociedades. Daí que, em sociedades complexas, surge a necessidade de uma fundamentação pós-convencional. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar alguns aspectos da teoria discursiva do Direito de Habermas, procurando desvendar a importância da função estabilizadora do Direito para a integração social, assim como os aspectos da legitimidade do Direito em sociedades pós-convencionais.

Palavras-chave: DIREITO; INTEGRAÇÃO SOCIAL; LEGITIMIDADE.

ABSTRACT It is important to note that in traditional societies both myth and religion played a unifying role, typical of world images, that is, of culture, of interpretive systems that reflect the basic knowledge of social groups. In this sense, the set of natural phenomena, in a natural order, and the network of social relations, in an artificial order, found explanations, whether mythical or religious. Therefore, we emphasize the importance of this shared knowledge for the reference and understanding of the surrounding world. However, when the transition to modernity occurred, there was a decentralization of society, as new values and knowledge arose to explain natural and social phenomena, and to maintain the cohesion of societies. Hence, in complex societies, the need for a post-conventional reasoning emerged. In this sense, the present work aims to analyze some aspects of Habermas's discourse theory of Law, seeking to uncover the importance of the stabilizing function of the Law for social integration, as well as the aspects of Law's legitimacy in post conventional societies.

Keywords: LAW; SOCIAL INTEGRATION; LEGITIMACY.

INTRODUÇÃO

Habermas desenvolve uma teoria discursiva do Direito a partir da aplicação da teoria da racionalidade comunicativa ao Direito. Levando isso em consideração, procurou-se desenvolver alguns pontos considerados centrais nesta teoria. Para tanto, tomou-se como ponto de partida a profanação das sociedades modernas, nas quais não se pode mais confiar em garantias metassociais como meios de integração social; tampouco a legitimidade de ordenamentos às fontes sagradas. Nesse sentido, procurou-se, na segunda seção, desvendar as dimensões da validade do Direito a fim de compreendê-lo para além dos paradigmas da coerção, introduzindo, com isso, a importância de processos legislativos democráticos; da mesma forma, procurou-se entender a função do Direito para a integração social, tendo como base o aspecto dual de sua validade. Em seguida, a temática do processo legislativo democrático fez necessária a introdução de direitos fundamentais, sem os quais a formação do Direito legítimo,

bem como a formação política da opinião e da vontade em processos legislativos, não seria possível. Ainda, baseando-se nesses direitos, buscou-se responder ao falso paradoxo da legitimidade a partir da legalidade. Por fim, na última seção, a discussão diz respeito à importância do princípio da soberania para o Direito legítimo.

DE SOCIEDADES TRADICIONAIS A PÓS-CONVENCIONAIS: A QUESTÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

A estabilização de sociedades tradicionais fez-se por meio de instituições arcaicas e um conjunto de convicções sacralizadas que impunham um tipo de validade revestida com o poder do factual. Nesse sentido, segundo Habermas, o fascínio por instituições detentoras do poder revela a fusão de dois momentos aparentemente incompatíveis, quais sejam: a ameaça de um poder vingador e a força de convicções aglutinadoras que não somente coexistem, mas também se originam da mesma fonte sagrada. Sendo assim, as sanções impostas pelos homens são secundárias, na medida em que vingam a transgressão de uma autoridade que lhe é anterior (HABERMAS, 2012). Todavia, com a passagem de sociedades tradicionais a sociedades pós-convencionais, observou-se a fragilidade de uma ordem social justificada por meio de garantias metassociais. Portanto, em uma era de profanação, a integração social deve ser feita por processos de entendimento, isto é, pelo agir comunicativo. Entretanto, cada vez mais as sociedades tornam-se complexas, revelando esse tipo de integração altamente instável, dado que o risco de dissenso, sempre presente e embutido nos mecanismos de entendimento, agudiza-se. Essa intensificação dos riscos dá-se porque o conjunto de convicções fornecido pelo mundo da vida, o qual opera como pano de fundo para o agir comunicativo, possibilitando o entendimento, dissolve-se ante a pluralização das sociedades complexas. Destarte, Habermas pergunta-se como a integração social ocorre em sociedades nas quais o risco de dissenso aumenta, sem, contudo, recorrer a autoridades sagradas e instituições fortes. “Encontramos a solução desse enigma no sistema de direitos

que provê as liberdades subjetivas de ação com a coação do Direito objetivo” (HABERMAS, 2012, p. 47).

Sendo assim, em sociedades pós-convencionais, o Direito carrega consigo o maior peso para a integração social em razão da capacidade de estabilizar expectativas de comportamento. Nesse sentido, as regras que produz podem manter ordens normativas coesas na medida em que aquelas direcionam-se à possibilidade de convívio das liberdades subjetivas dos sujeitos/membros de comunidades jurídicas.

DIMENSÕES DA VALIDADE DO DIREITO

Nesta seção serão abordadas as dimensões da validade do direito, por entender-se que tal temática é fundamental para a compreensão da tensão entre facticidade e validade no âmbito do Direito; bem como para a justificação da necessidade de o Direito positivo legitimar-se por meio de um processo legislativo democrático. Finalmente, a explicação das dimensões do Direito será essencial para o entendimento de sua função como meio de integração social.

Habermas introduz o conceito de legalidade kantiano segundo o qual se pode esclarecer o modo complexo de validade do Direito. Esse autor revela dois momentos constitutivos da validade, quais sejam: a facticidade (imposição do Direito pelo Estado) e a validade, no sentido de legitimidade, uma vez que por meio de um processo de legitimação do Direito garante-se liberdade e legitimidade. Da mesma forma, essa ligação pode ser traduzida como relação interna entre coerção e liberdade. Nesse aspecto, regras do Direito podem ser obedecidas, tanto pela coerção que oferecem quanto pelo dever de respeitá-las. Por isso, “normas de Direito são simultaneamente leis da coerção e leis da liberdade” (HABERMAS, 2012, p. 49).

Nesse ponto, o autor admite que o caráter duplo da validade do Direito também ganha corpo sob a perspectiva da teoria da ação.

Para um modo de ver empírico, a validade do Direito positivo é determinada, antes de tudo e tautologicamen-

te, pelo fato de que só vale como Direito aquilo que obtém força de Direito através de procedimentos juridicamente válidos – e que provisoriamente mantêm força de direito, apesar da possibilidade de derrogação, dada no direito. (HABERMAS, 2012, p. 50).

Habermas menciona que o sentido dessa validade do Direito explica-se apenas por meio da referência à validade social ou fática (*Geltung*) e à sua validade ou legitimidade (*Gültigkeit*). Nesse sentido, pode-se abordar o conceito de validade social em termos de imposição ou aceitação fática no círculo dos membros do Direito, de tal forma que o Direito normatizado apoie-se sobre a facticidade artificial de ameaças de sanções definidas e que podem ser impostas judicialmente. Por outro lado, a validade/legitimidade das regras pode ser referida em termos de resgatabilidade discursiva de sua pretensão de validade normativa, devendo valer, em última instância, o fato de essas regras terem surgido em um processo legislativo racional. Sendo assim, a legitimidade de uma regra independe de sua possível imposição social. Todavia, esta depende do grau de confiabilidade dos membros de uma comunidade de Direito naquela (HABERMAS, 2012). Nesse sentido, observam-se os primeiros indícios acerca da importância da legitimidade, assegurada por meio de processos racionais, para a manutenção de ordens sociais em sociedades pós-convencionais. Uma vez que, quanto menor for o grau de legitimidade dessas, maior será a necessidade de estabilizá-las por meio da intimidação, de costumes ou de convicções sacralizadas, tal como outrora faziam as sociedades tradicionais.

Fato relevante sobre o aspecto dual da validade do Direito, e que posteriormente será crucial para a problemática da legitimidade a partir da legalidade, é que ele permite aos membros das comunidades de Direito adotarem o enfoque que acharem melhor. Portanto, as regras jurídicas, ao liberar os motivos para o agir conforme o Direito, ou seja, quando não impõe os motivos por que se deve respeitá-las, toleram o enfoque objetivador dos atores que agem estrategicamente, calculando suas vantagens e decidindo arbitrariamente. Nesse aspecto, eles respei-

tam as regras em razão de sua imposição fática, uma vez que podem considerá-las empecilhos às suas realizações ou por que objetivam conquistar alguma vantagem agindo conforme o Direito. Por outro lado, os atores podem adotar um enfoque performativo e agirem orientados ao entendimento, de tal forma que as normas sejam vistas como expectativas obrigatórias de comportamento cujas pretensões de validade são reconhecidas racionalmente, devendo ser respeitadas tão somente pelo motivo não coercitivo do dever.

Ademais, conclui-se que “a análise do modo de validade do Direito obrigatório traz consequências para a normatização jurídica, pois revela que o Direito positivo tem que legitimar-se” (HABERMAS, 2012, p. 52). E é por meio de um processo de legislação democrático que a legitimação do Direito será resgatada; porque os participantes desse processo deixam de lado a figura de sujeitos privados do Direito para assumirem, graças a seu papel de cidadãos, a perspectiva de membros de uma comunidade jurídica livremente associada, e, como tais, produtores das normas a que se submetem. Sendo assim, pode-se concluir que o Direito moderno, a fim de cumprir sua função de integração social, absorve o pensamento democrático segundo o qual a pretensão de legitimidade de uma ordem jurídica pode ser resgatada a partir da força socialmente integradora da *vontade unida e coincidente de todos* os cidadãos livres e iguais (HABERMAS, 2012). Logo, torna-se imperativo o princípio da soberania popular para o processo legislativo, fundador de legitimidade. Porém, pelo menos nesse momento, não será abordada tal temática, visto ser necessário ressaltar que “A positividade do Direito vem acompanhada da expectativa de que o processo democrático da legislação fundamente a suposição da aceitabilidade racional das normas estatuídas” (HABERMAS, 2012, p. 54). Isto é, leis coercitivas podem ser entendidas como leis da liberdade, na proporção em que a permissão para a coerção jurídica for deduzida de uma expectativa de legitimidade fundamentada nesse processo. Isso é verdadeiro porque o Direito corre o risco de perder sua força de integração social se apoiar-se apenas na contingência de decisões arbitrárias, e não em expectativas de legitimidade. Sendo assim, “o Direito extrai a sua força muito mais

da aliança que a positividade do Direito estabelece com a pretensão à legitimidade” (HABERMAS, 2012, p. 60). Ademais, pode-se adiantar que, para a produção de Direito válido (válido socialmente e legítimo), faz-se necessário um conjunto de direitos subjetivos, reconhecidos intersubjetivamente e que tornam possível o convívio com os meios do Direito. Estes, porém, serão esclarecidos nas próximas seções.

Por fim, uma vez explicadas as dimensões da validade do Direito, bem como a importância de processos de legislação democráticos, resta entender a função integradora do Direito com o auxílio de suas dimensões da validade. Nesse aspecto, deve-se lembrar do que foi dito em relação à integração social pelo agir comunicativo. Isso porque no início desse trabalho sustentou-se que esse tipo de integração é instável pelo risco constante de dissenso dos mecanismos de entendimento, sobretudo em sociedades complexas, nas quais ele é intensificado, embora a integração por meio dele seja ideal para os dias de hoje e superior à integração dada por instituições fortes e convicções sacralizadas. Nesse sentido, a carga da integração social é relativamente aliviada do agir comunicativo por meio do Direito. Daí poder-se afirmar que, em sociedades pós-convencionais, ele carrega o peso da integração social.

Para tanto, devem-se esclarecer duas estratégias que enfrentam o risco do dissenso, assim como a instabilidade presente no âmago da socialização comunicativa, a saber: a circunscrição e a não circunscrição/liberação do mecanismo comunicativo. A circunscrição age no sentido de circunscrever ou conter o risco embutido no agir comunicativo por meio de certezas intuitivas que não são submetidas à tematização. Por outro lado, a não circunscrição consegue apenas domesticar o risco do dissenso a partir de sua intensificação, prolongando os discursos, porque o agir comunicativo não circunscrito não consegue carregar por si mesmo o fardo da integração social e tampouco livrar-se dele. Neste sentido, a positivação do Direito alivia a comunicação não circunscrita das realizações da integração social. Porque, graças a ele, cria-se um sistema de regras que une e diferencia ambas as estratégias. Ou seja, o Direito consegue fazer a integração social na medida em que simultaneamente circunscreve e libera o risco do dissenso.

Ademais, convém ressaltar que em sociedades tradicionais a estabilização de expectativas de comportamento dava-se por um conjunto de convicções, responsáveis pela circunscrição da comunicação, ao passo que em sociedades pós-convencionais, o Direito moderno as substitui por sanções. Além disso, como ele libera os motivos para a obediência às normas, os sujeitos podem segui-las tanto pela coerção quanto pelo dever de respeitá-las. Em qualquer um dos casos, porém, evita-se uma desestabilização provocada por dissenso fundamentado, visto que os destinatários não podem questionar a validade das normas. Essa validade não quer dizer validade de convicções ligadas à autoridade, conforme outrora se observou, mas validade jurídica, perpassada por dimensões diferentes e complementares. Em suma, o Direito moderno, como estabilizador de expectativas, realiza a integração social porque orienta o comportamento dos sujeitos no sentido da conformidade à lei, independentemente da motivação para fazê-lo. E os sujeitos obedecem-na sem que perguntem a validade das leis a que são submetidos, porque as compreendem como válidas juridicamente, na medida em que eles foram seus autores, em um processo de autolegislação. Sendo assim, previne-se o dissenso por meio do Direito, uma vez que o agir comunicativo por si só é incapaz de fazê-lo, conforme mostramos anteriormente. E sendo demasiado intenso o risco, isto é, em proporções maiores que as normais, a integração social torna-se impossível de ser realizada sem o respaldo do Direito.

PRESSUPOSTOS PARA A CRIAÇÃO DO DIREITO LEGÍTIMO

Na seção anterior foram vistas as dimensões do Direito a partir do conceito de validade jurídica. E como esse conceito resulta em implicações no processo de normatização do Direito, uma vez que explicita sua necessidade de legitimar-se. Sendo assim, começa-se a compreender o Direito para além de sua imposição fática ou coerção a fim de visualizar sua legitimidade ou justificação racional. Para tanto, introduziu-se a ideia de um processo de legislação democrática por meio do qual se pode criar legitimidade. No entanto, primeiramente, deve-se fazer

referência a um conjunto de direitos fundamentais, isto é, a um sistema de direitos que os cidadãos são obrigados a atribuir-se reciprocamente se quiserem regular legitimamente sua convivência com os meios do Direito positivo. Ademais, respaldado nos direitos de participação política, introduzir-se-á a categoria de cidadãos e explicar-se-á seu papel para o processo de legislação. Em seguida, será analisado o falso paradoxo da legitimidade a partir da legalidade.

Antes de iniciar a explicação dos direitos fundamentais, porém, faz-se necessário referir-se a dois conceitos fundamentais. O primeiro deles é o princípio do discurso, segundo o qual se pode testar a validade de regras de ação. Leiam-se regras de ação tanto jurídicas quanto morais. Daí se observar a indiferença desse princípio em relação à moral e ao Direito, bem como sua impossibilidade em produzir normas jurídicas legítimas. Para tanto, Habermas propõe o entrelaçamento entre princípio do discurso e a forma jurídica do que ele chama de gênese lógica de direitos. Além disso, pode-se dizer que da conexão entre ambos surge o princípio da democracia, também conhecido como o núcleo do sistema de direitos, uma vez que por meio dele se pode produzir Direito legítimo. Da mesma forma, pode-se conferir a força legitimadora do processo de normatização a esse princípio.

A partir disso, pode-se dizer que o princípio do discurso aplicado à forma jurídica introduz *in abstracto* a categoria dos direitos que formam o código jurídico, posto que eles determinam o *status* das pessoas de direito.

(1) Direitos fundamentais que resultam da configuração politicamente autônoma do *Direito* à maior medida possível de iguais liberdades subjetivas de ação.

Esses direitos exigem como correlatos necessários:

(2) Direitos fundamentais que resultam da configuração politicamente autônoma do *status de um membro* numa associação voluntária de parceiros do direito;

(3) Direitos fundamentais que resultam imediatamente da *possibilidade de postulação judicial* de direitos e da configuração politicamente autônoma da proteção jurídica individual. (HABERMAS, 2012, p. 159).

(1) Ou seja, há a compatibilidade dos direitos de cada um com os iguais direitos de todos. Esse Direito geral que implica liberdades iguais corresponde ao princípio do Direito kantiano. Deve-se notar que esses direitos não implicam a institucionalização de um código de Direito, porque antes devem encontrar sua aplicação numa comunidade de direito.

(2) O estabelecimento de um código de Direito significa que um legislador histórico decidirá quais serão suas normas jurídicas, tendo como base um universo jurídico geograficamente delimitado; assim como uma coletividade de parceiros socialmente delimitáveis; e um âmbito de validade especial. Nesse sentido, depreende-se que tal código exige direitos que regulem a participação em uma determinada associação de parceiros jurídicos, de modo a permitir a distinção entre membros e não membros de uma sociedade, cidadãos e estranhos. Disso resulta que um membro de determinada comunidade jurídica deve ser protegido contra a subtração unilateral dos direitos de pertença, ainda que ele mesmo possa renunciar ao status de membro.

(3) A institucionalização jurídica do código de Direito exige a garantia dos caminhos jurídicos, por meio dos quais uma pessoa que se sinta prejudicada em seus direitos possa fazer valer suas pretensões. Ou seja, possa demandá-los perante tribunais independentes e efetivos que decidam imparcialmente tais conflitos.

Ainda no que concerne aos direitos subjetivos acima citados, cumpre notar que eles regulam a interação de civis livremente associados, porque se está num nível de socialização horizontal. Todavia, ainda que eles sejam essenciais para a instituição do Direito legítimo, não são os conhecidos direitos fundamentais liberais, dada a inexistência do poder político para instaurá-los e completá-los. Porém, por meio deles os sujeitos do Direito podem considerar-se *destinatários da lei*, na medida em que detêm a pretensão de obter direitos e de fazê-los valer reciprocamente.

Ademais, antes de ser introduzida a quarta categoria de direitos fundamentais, será necessário informar-se acerca do *status* de cidadão. Segundo Habermas, o conceito de cidadania sofre alguns tipos de patologias. Dentre elas pode-se destacar a síndrome do privatismo social, segundo a qual os sujeitos agem passivamente como clientes do Estado,

na medida em que esperam receber dele direitos de forma paternalista. Tal acepção de cidadania pode ser encontrada, por exemplo, no Estado de bem-estar social. Mas não é a concepção apropriada. Por isso o autor propõe reconstruí-la, de tal forma a resgatar o papel ativo dos cidadãos, segundo o qual os indivíduos atuam tanto produzindo, quanto revisando as leis a que se submetem – conforme considerarem criticáveis as pretensões de validade. Para tanto, utiliza-se de um conjunto de direitos que fundamentarão o *status* de cidadãos livres e iguais. Esse *status*, pode-se dizer, é autorreferencial, na medida em que permite aos cidadãos mudar sua posição material em relação ao direito. Ou seja, possibilita que eles ajam simultaneamente como autores e destinatários da lei. “[...] (4) Direitos fundamentais à participação, em igualdade de chances, em processos de formação da opinião e da vontade, nos quais os civis exercitam sua *autonomia política* e através dos quais eles criam Direito legítimo” (HABERMAS, 2012, p. 159).

A partir desses direitos pode-se entender melhor o papel dos sujeitos como *autores da lei*, uma vez que participam dos processos de formação política da opinião e da vontade, dos quais resultam decisões sobre políticas e normas. Nesse sentido, a partir desse direito os sujeitos podem avaliar se o Direito que estão criando é legítimo. Cumpre notar que o fato de eles se tornarem autores do Direito a que se submetem implica uma mudança de perspectiva. Porque agora são eles mesmos quem aplicam o princípio do discurso à forma jurídica, e não um teórico que informa quais os direitos necessários para um convívio conforme o Direito positivo. Daí poder dizer que essa mudança de perspectiva faz com que o princípio do discurso torne-se princípio da democracia.

Além disso, a partir dos direitos políticos que garantem aos indivíduos o exercício da autonomia política, pode-se explicar o paradoxo da legitimidade a partir da legalidade. Segundo Habermas, ele surge porque esses direitos possuem a mesma estrutura dos demais. Ou seja, liberam os motivos para um comportamento conforme as regras. Dessa forma, embora ele consiga impor-se faticamente por meio de sanções, não consegue estabelecer, em foro interno, os motivos para sua obediência. Logo, ao abrir esferas de liberdade de arbítrio aos indivíduos,

esses direitos podem permitir enfoques objetivadores, na medida em que os sujeitos, agindo estrategicamente, orientam-se pela busca dos próprios interesses. Por outro lado, segundo Habermas, “o processo legislativo democrático precisa confrontar seus participantes com as expectativas normativas das orientações do bem da comunidade” (HABERMAS, 2012, p. 115), porque ele retira sua força legitimadora dos processos de entendimento dos cidadãos acerca de normas do convívio social. Ademais, cumpre notar que os direitos políticos também são responsáveis por mobilizar e reunir as liberdades comunicativas dos civis, orientadas ao bem da comunidade, nos processos de legislação. Nesse aspecto, conclui-se que, embora seja possível a adoção de enfoques objetivadores, o processo legislativo abre os horizontes para enfoques performativos, na medida em que faz os indivíduos pensarem no bem da comunidade, e não apenas em seus próprios interesses. Porém, pensar que, a partir da possibilidade de se adotar enfoques performativos, o agir estratégico fora totalmente excluído constitui um equívoco imenso. Porque, conforme explica Habermas,

Compete aos destinatários decidir se eles, enquanto autores, vão empregar sua vontade livre, se vão passar por uma mudança de perspectivas que os faça sair do círculo dos próprios interesses e passar para o entendimento sobre normas capazes de receber o assentimento geral, se vão ou não fazer um uso público de sua liberdade comunicativa. (HABERMAS, 2012, p. 167).

Ademais, Habermas conclui dizendo que o surgimento da legitimidade a partir da legalidade não é paradoxal, a não ser se entendermos o sistema de direitos como um processo circular que se fecha recursivamente, e, como tal, legitimando-se a si mesmo. Esse modo de pensar, contudo, é errado, porque a forma jurídica não é fonte de legitimação qualquer. Daí a necessidade de um processo legislativo democrático. Nesse sentido, em última instância, quem confere legitimidade ao Direito, bem como ao ordenamento jurídico como um todo, é a vontade do povo. Por isso, na próxima seção, será abordado o princípio da soberania popular.

SOBERANIA POPULAR E LEGITIMIDADE

Convém lembrar que em sociedades tradicionais, perpassadas pela força de convicções fortes e costumes, o Direito encontrava sua fonte de legitimação no sagrado. Contudo, com o advento da modernidade, ela secou gradativamente. De modo que a razão emergiu como um substituto necessário. Nas seções anteriores, acompanhou-se o processo pelo qual a legitimidade do Direito foi resgatada. No entanto, até então, a análise acerca do princípio da soberania popular, constitutivo para os processos de legitimação democrática, foi meramente superficial. Destarte, o compromisso dessa última seção é esclarecer melhor suas funções em relação à legitimidade do Direito.

Segundo Habermas, no Estado de Direito, delineado pela teoria do discurso, a soberania popular não se encontra mais numa coletividade, na presença de civis reunidos ou de seus representantes, ou seja, não se exterioriza sob a forma de cidadãos autônomos facilmente identificáveis. Pelo contrário, ela assume uma forma anônima, na medida em que se retira para os círculos de comunicação de foros e corporações, de certa forma destituídos de sujeitos. Somente assim, conforme o autor, seu poder comunicativo diluído pode ligar o poder administrativo do aparelho estatal à vontade dos cidadãos (HABERMAS, 2012). Leia-se poder administrativo como o processo de exercício do poder. Isso porque Habermas distingue o poder político em poder comunicativo e poder administrativo. O primeiro é responsável pela formação de uma vontade comum acerca de normas e políticas públicas, nos processos de deliberação/legislação, i.e., pela criação do Direito legítimo. Já o poder administrativo implementa as leis que resultam dessa vontade. Logo, a soberania popular é responsável por ligar o exercício do poder à vontade dos cidadãos.

Ademais, Habermas afirma que o princípio da soberania do povo significa que todo poder político (poder administrativo e poder comunicativo) é deduzido do poder comunicativo dos cidadãos, ou seja, do poder que cria o Direito legítimo. Outro fato relevante é que, considerado sob o aspecto do poder, o princípio da soberania popular exige a transmissão da competência legislativa para os cidadãos, de forma

a atuarem como autores das leis das quais serão destinatários. Sendo assim, torna-se clara a afirmação: *todo o poder do Estado vem do povo*. Conclui-se, portanto, que o princípio da soberania popular é essencial para os processos de legislação democrática, porque, em conformidade com ele, os sujeitos são vistos como cidadãos, autores do direito. Daí, ser possível afirmar que a vontade do povo confere legitimidade ao processo legislativo democrático e ao próprio direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento da modernidade, pode-se dizer, trouxe um grande desafio para a humanidade em termos de integração social e legitimidade. O Direito surgiu como um meio de integração social, uma vez que alivia o fardo da integração do agir comunicativo que é, por sua vez, altamente instável. Da mesma forma, emergiu a necessidade de legitimação de ordens sociais para além de convicções religiosas, costumes, intimidação etc. Nesse sentido, observou-se que a categoria do direito, na obra habermasiana, cumpre um papel fundamental em sociedades complexas, nas quais os riscos do dissenso aumentam cada vez mais, assim como a importância da participação popular nos processos de formação política da opinião e da vontade, i.e., deliberações, processos legislativos em geral. Sendo assim, pôde-se vislumbrar a aposta de Habermas no resgate do agir comunicativo, a fim de reconstruir formas de vida emancipadas, nas quais a vontade do povo constitui ingrediente necessário para a legitimação.

REFERÊNCIAS

DUTRA, D. J. V. **Razão e consenso em Habermas**: a teoria discursiva da verdade, da moral, do Direito e da biotecnologia. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de: Flavio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

Submetido em: 21-6-2016

Aceito em: 4-11-2016